

orçamento d'este Ministério em vigor no actual ano económico, para refôrço da verba de 100.000\$ descrita no n.º 2) do mesmo capítulo e artigo do aludido orçamento, sob a rubrica «Expediente, assinaturas de publicações, pequenas reparações e artigos diversos para a direcção e oficinas, despesas miúdas e imprevistas».

Este decreto será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública antes de publicado no *Diário do Governo*.

Os Ministros das Finanças e do Interior assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 18 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar—António Lopes Mateus.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública em 9 de Março de 1931.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 19:481

Considerando que se torna necessário reforçar com 35.000\$ a verba de 5.000\$ descrita no capítulo 13.º, artigo 216.º, n.º 1), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o actual ano económico e por virtude de se ter verificado a sua insuficiência para fazer face aos encargos resultantes dos transportes de carga nas alfândegas insulares;

Considerando que igual importância pode ser, sem inconveniente, anulada noutra verba do mesmo capítulo do aludido orçamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições;

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 35.000\$ a verba de 5.000\$ inscrita no capítulo 13.º «Serviço das alfândegas — Serviço do tráfego», artigo 216.º «Despesas de comunicações», n.º 1) «Transportes», do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1930—1931.

Art. 2.º É anulada na verba de 40.000\$ descrita no mesmo orçamento, no capítulo 13.º, artigo 208.º, n.º 2), alínea b), sob a rubrica «Para remuneração a carregadores e carreteiros chamados na ocasião e serviço de tarefas, especialmente nas alfândegas insulares», a importância de 35.000\$.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—Jodo Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—Jodo Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

Decreto n.º 19:482

Considerando que é urgente reembolsar a província de Moçambique de importâncias que aplicou a «Despesas excepcionais resultantes da Grande Guerra»;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a entregar à província de Moçambique, por intermédio do Ministério das Finanças, a soma de 3:780.000\$, em conta das importâncias que a mesma província aplicou a «Despesas excepcionais resultantes da Grande Guerra».

Art. 2.º No orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico é inscrito, em harmonia com o decreto n.º 19:287, de 30 de Janeiro de 1931, sob o título de «Despesas que têm como receita compensadora o saldo de contas do ano económico de 1929—1930», o seguinte:

CAPÍTULO 1.º

Despesas excepcionais resultantes da Grande Guerra

Diversos encargos

Artigo 1.º Outros encargos:

a) Quantia a entregar à província de Moçambique para reembolso de importâncias que aplicou a «Despesas excepcionais resultantes da Grande Guerra»	3:780.000\$00
---	---------------

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—Jodo Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção das Pescarias

Decreto n.º 19:483

Convindo melhorar as condições de pesca das armadas de atum de forma a aumentar as suas pescarias;

Tendo ouvido a Comissão Central de Pescarias;